

O papel das pesquisas científicas para a segurança pública: análise de dados por amostragem do quadriênio 2013-2016 a partir da Plataforma Sucupira

Marsiel Pacífico

Doutor em Educação, UFSCAR, São Paulo, Brasil
e-mail: marsiellp@gmail.com

Cíndia Lancelotti

Mestre em Química Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
e-mail: cindia_lp@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo destaca a importância das pesquisas científicas como articuladoras de melhorias para o sistema de segurança pública nacional. Para tanto, ressalva-se a tradição do país em focar esforços no enfrentamento da violência por meio da violência de Estado, que poderia ser largamente evitada com a ampliação de estratégias de inteligência policial e científica, focando os esforços públicos na investigação e prevenção da criminalidade além de pesquisas que propiciem boas práticas. Como forma de mapear a situação da pesquisa na área, levanta-se junto à plataforma Sucupira da Capes, as revistas que são especialistas na temática, totalizando dez periódicos. Aleatoriamente, escolhe-se três destes periódicos, analisando suas publicações datadas de 2013 até 2016. Nesta análise, avalia-se os seguintes parâmetros: formato de publicação, ciência de origem dos trabalhos, região do país de origem dos autores e, por fim, o nível de formação dos mesmos. Conclui-se que: a) as revistas científicas se apresentam em menor quantidade do que a sociedade demanda e tem dificuldade de angariar autores com qualificações mais elevadas; b) as revistas apresentam uma predominância do formato artigo, o que limita a compreensão da temática por não garantir a participação da dimensão da experiência; c) a diversidade de ciências convergindo nas pesquisas representa uma importante interdisciplinaridade para a compreensão de um tema naturalmente complexo.

Palavras-chave: Segurança pública. Pesquisas científicas. Revistas científicas. Levantamento Amostral. Plataforma Sucupira 2013-2016.

Abstract

This paper highlights the importance of scientific research as an articulator of improvements for the national public security system. To this end, it highlights the country's tradition of focusing on addressing violence through state violence, which could be largely avoided by expanding police and

scientific intelligence strategies, focusing on public efforts in crime prevention and investigation research that provides good practice. As a way of mapping the situation of the research in the area, stands next to the platform Sucupira of Capes, magazines that are specialists in the subject, totaling ten periodicals. Randomly, three of these journals are chosen, analyzing their publications from 2014 to 2017. In this analysis, the following parameters are evaluated: publication format, origin science of the works, region of the origin country of the authors and, finally, level of training. It is concluded that: a) the scientific journals are presented in smaller quantity than the society demands and it has difficulty to raise authors with higher qualifications; b) magazines have a predominance of the article format, which limits the understanding of the theme by not guaranteeing the participation of the dimension of the experience; c) the diversity of sciences converging in research represents an important interdisciplinarity for the understanding of a naturally complex theme.

Keywords: Public security. Scientific research. Scientific magazines. Survey Analysis. Sucupira platform 2013-2016.

Introdução

A questão da segurança pública é uma temática urgente da sociedade brasileira. Tal preocupação habita o cotidiano das pessoas, as principais pautas da grande mídia e, recentemente, protagonizou o debate ante ao pleito eleitoral de 2018. No mesmo ano em que escolheu, por vias democráticas, seus deputados estaduais, deputados federais, senadores, governadores de Estado e presidente da República, o país assistiu a decisão do Governo Federal de utilizar o Exército brasileiro como força de intervenção sobre o Estado do Rio de

Janeiro, em uma ação que durou de dezesseis de fevereiro até o dia trinta e um de dezembro, totalizando dez meses e meio de atividades militares. O ápice da crise da segurança pública que atingiu um dos maiores e mais importantes Estados da Federação, não ocorre isoladamente em relação aos demais Estados brasileiros.

A segurança pública é, de forma incontestável, a questão central para o cidadão brasileiro hoje. Tal preocupação se justifica a partir da análise dos dados: de acordo com a Organização das Nações Unidas, em nosso país, são 31,1 pessoas mortas de forma violenta a cada cem mil habitantes, uma média cinco vezes maior que a mundial, o que nos coloca como o nono país mais violento do mundo (AGÊNCIA ESTADO, 2018). Entre os homicídios, são 27,8 pessoas a cada cem mil habitantes, o que nos imputa a décima terceira colocação proporcional, mas a primeira em números absolutos. No mundo, a cada cem assassinatos, treze ocorrem em nosso território (GOUSSINSKY, 2018).

Sua abrangência territorial também se replica no campo social: apesar dos diferentes níveis de exposição à violência, seu medo não guarda classe social, cor, gênero ou credo, todos estão vulneráveis em um Estado que se declara falido ante à, talvez, sua função primária, ou seja, a garantia da ordem e da lei. Obviamente, não desconsiderando nesta afirmação o fato que a seletividade da violência é uma

característica fundamental em nosso contexto. Em um país no qual a desigualdade social é um componente basilar da sua constituição, os grupos sociais que fujam à normatividade culturalmente imposta pelas e nas elites estarão sempre mais expostos às faces da violência.

A despeito da população negra consideramos a compreensão dos processos históricos que configuram a presente realidade:

Ainda no campo econômico, nos últimos 26 anos, quem ganhou e ganha muito dinheiro é a classe elitista hegemônica predominantemente branca. De acordo com a lista Forbes (The Forbes World's Billionaires), os 74 bilionários brasileiros (nos quais não existe nenhum negro) na atualidade somam um patrimônio de 346,3 bilhões de reais, quase 7% do PIB do país. Na contramão dessa estatística, está o "Brasil Negro" ocupando a 107ª posição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em 2009, a situação era praticamente a mesma: os brancos no 40º lugar no *ranking*, e os negros na 104ª posição. Em 2010, o analfabetismo entre brancos, com mais de 15 anos, era 5,9%; entre os negros, 14,4%. (BARBOSA, 2015, p. 192).

A segregação social e o abandono do Estado na oferta de educação, saúde e segurança de qualidade, adjudicada ao racismo estrutural que habita a cultura brasileira potencializam a população negra como possíveis vítimas dos atos de violência.

Quanto à população LGBT, a violência apresenta nuances específicas: além das mortes violentas e as agressões físicas, a cultura LGBTfóbica induz

comportamentos violentos que inserem os sujeitos em um ambiente de rejeição, violência simbólica e abandono. Assim, os números da violência também englobam os suicídios que decorrem da hostilidade e da não aceitação social. No ano de 2018, o relatório GGB 2018 apontou 420 mortes em decorrência da homofobia no Brasil, o que totaliza uma morte a cada 20 horas (Grupo Gay da Bahia, 2018).

Quanto as mulheres, o conjunto de formas de violência se expressa por diversos aspectos. No ano de 2017, foram registrados mais de 220 mil casos de lesão corporal, mais de 61 mil estupros, 1113 casos de feminicídio e 4539 homicídios (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

Neste artigo não se busca especificar os diferentes tipos de violências ou as singularidades as quais determinados grupos passam no enfrentamento da mesma. Tal menção aos dados é uma delimitação da compreensão destas características que representam desigualdades estruturais da nossa sociedade. Todavia, o foco do presente estudo é destacar que a falência do Estado brasileiro em garantir a segurança de seus cidadãos ocorre de forma generalizada e, ademais, pelas características específicas do investimento público, massivamente alocado no enfrentamento da violência com violência de Estado.

Como consequência desta mentalidade política, decorre o fato de que no ano de 2017, foram 367 policiais mortos e 5159 mortes em intervenções policiais (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018).

Assim, frente ao presente cenário, aposta-se no avanço da inteligência policial como uma forma mais eficaz, barata e menos violenta de enfrentar a criminalidade. Tal perspectiva constrói-se por um duplo viés: de um lado, o avanço do investimento estatal na polícia civil e científica, dado sua capacidade resolutive, investigativa e estratégica de dismantelar o crime organizado, solucionar crimes e evitar o confronto violento; por outro lado, há de se avançar nas políticas e pesquisas a respeito da segurança pública, otimizando os investimentos, criando inter-relações entre os agentes da segurança pública, federalizando banco de dados, propiciando maior treinamento para o efetivo policial, ampliando o número de agentes da polícia científica e estimulando as pesquisas científicas que venham a oxigenar o debate acerca da violência enquanto temática. E é sobre este último aspecto que se dedica esta pesquisa.

A ciência tem papel central no desenvolvimento das sociedades modernas nos seus mais diversos campos; para tanto, suas pesquisas apontam soluções para a construção de novas alternativas que configurem ferramentas eficazes ante às

demandas contemporâneas. Para garantir a socialização desses saberes, organizam-se novas pesquisas em publicações condensadas denominadas periódicos ou revistas científicas. É a partir de tais revistas que o presente artigo se alicerça. Embora revistas não especializadas recebam trabalhos na área, julga-se relevante a expressão das revistas especializadas como marcador de tendência da produção científica na área.

Essa pesquisa foi motivada pela carência de publicações em assuntos específicos, que foram buscados como referências de trabalhos dos autores em outros contextos acadêmicos. Tal impressão gerou uma pesquisa sistematizada pelas revistas, no qual a temática do presente artigo começou a se desenhar à proporção da escassez de periódicos especializados no tema. Dado o atual cenário da violência no cotidiano da sociedade brasileira, intui-se que a Universidade e os institutos de pesquisa desempenhavam um papel quantitativamente maior na busca pelas soluções da crise que vivemos.

Como forma de avaliação das publicações na área de segurança, fez-se, junto a plataforma Sucupirada Capes, uma busca a partir da palavra-chave “segurança”. Encontram-se apenas dez revistas especializadas na área. Destas, três foram aleatoriamente selecionadas para uma análise pormenorizada de suas publicações. Dessa forma,

metodologicamente utilizou-se o levantamento amostral aleatório simples como recorte do cenário e processamento dos dados. A amostragem de 30% nos possibilitou o apontamento de tendências que são significativas para a discussão da temática. Dado a amostragem, em alguns casos conclui-se a necessidade de novos estudos com mais amplos, para que se façam confirmações ou refutações das tendências demonstradas.

Não se encontrou em indexadores pesquisas similares, que aportassem referências para o desenvolvimento dessa pesquisa. Para tanto, consultou-se o indexador Scielo e o Redalyc com as seguintes palavras na busca: segurança revista científica; aplicou-se ainda o filtro Brasil na origem dos trabalhos. Assim, pretendeu-se iniciar uma linha de investigação que fomentasse novas pesquisas que, juntas, constituirão uma amostragem mais segura, suscitando novas reflexões a respeito das relações entre pesquisa acadêmica, violência e segurança pública.

Para além da análise quantitativa, a presente pesquisa buscou constituir análise qualitativa no estabelecimento de uma leitura social que extrapolasse a empiria dos números, estabelecendo relações diretas e indiretas. Desse modo, utilizou-se os seguintes critérios para análise das revistas: formas de publicação, ciência de origem dos trabalhos, região do país de origem dos autores e, por fim, o nível de formação

deles. Os dados obtidos serão apresentados a seguir, de modo quantitativo e qualitativo, derivando as discussões pertinentes:

Na seção “As revistas sobre segurança”, listou-se os periódicos com suas respectivas avaliações, buscando refletir sobre o quantitativo de revistas na área.

Em “Formato de publicação” apresenta-se os seis tipos analisados de publicação, destacando-se a importância de tal diversidade para a riqueza das discussões.

Posteriormente, na seção “Ciência de origem dos trabalhos” a análise da amostragem aponta para onze ciências distintas, com destaque para as ciências sociais, como bases epistemológicas dos autores. Tal diversidade é considerada positiva, visto que o olhar interdisciplinar sobre uma questão tende a propiciar um conhecimento mais rico e complexo.

Na seção “Região do país de origem dos autores”, compila-se, por região, a origem das pesquisas. Tais dados são correlacionados com os índices de violência de cada região, ressaltando-se a margem de erro da pesquisa e indicando a necessidade de novos trabalhos que garantam uma margem de erro menor.

Por fim, em “Nível de formação dos autores”, demonstra-se as diferentes etapas formativas que os autores apresentam, destacando-se a necessidade da ampliação do número de doutores entre os

participantes, como forma de ajudar a elevar as avaliações que tais periódicos passam.

Nas considerações finais destacam-se as seguintes conclusões: a) as revistas científicas se apresentam em menor quantidade do que a sociedade demanda e, tem dificuldade de angariar autores com qualificações mais elevadas; b) as revistas apresentam uma predominância do formato artigo, o que limita a compreensão da temática por não garantir a participação da dimensão da experiência; c) a diversidade de ciências convergindo nas pesquisas representa uma importante interdisciplinaridade para a compreensão de um tema naturalmente complexo. Espera-se ainda que tal artigo suscite novas pesquisas e que novas revistas possibilitem um papel mais ativo da academia no enfrentamento da questão da violência.

As revistas sobre segurança

Para início da pesquisa, levantou-se, junto à plataforma Sucupira da Capes, as revistas que são especializadas na área de segurança. Para tal selecionou-se o quadriênio de 2013 até 2016 e utilizou-se a palavra *segurança* no campo de busca. Unificando as formas digitais e físicas de divulgação, apenas dez revistas registradas têm vinculação com a temática da segurança. Ademais, destaca-se o fato de que as revistas científicas obedecem

critérios qualitativos determinados pela Capes, como titulação dos autores, periodicidade das publicações, abrangência territorial dos autores, número de citações, entre outros, que geram um valor de avaliação que varia, a partir da seguinte ordem: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Na observância da avaliação das revistas, pode-se notar que, ao contrário de outras áreas estratégicas de atuação do Estado na obtenção de justiça social, como saúde e educação, por exemplo, além do pequeno número de revistas, seus níveis qualitativos não refletem a importância do campo.

O conjunto das revistas são apresentadas na presente tabela:

Tabela 1 - Lista de revistas especializadas em segurança e suas respectivas avaliações

Nome	Avaliação
ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA	B4
CADERNOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	C
REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA	B4
REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	B3
REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA	B4
REVISTA DEFESA E SEGURANÇA	B5
REVISTA LEVS - REVISTA VIRTUAL DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA E SEGURANÇA	B5
SEGURANÇA PÚBLICA & CIDADANIA	C

SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA	C
TERRITÓRIUM REVISTA DE RISCOS, PREVENÇÃO E SEGURANÇA	B2

Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Destaca-se também a diversidade de áreas de concentração que as revistas abarcam: geografia, planejamento urbano/demografia, psicologia, saúde coletiva, serviço social, sociologia, administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo, antropologia/arqueologia, ciência política e relações internacionais, ciências ambientais, direito, economia, educação, engenharias e interdisciplinar. Embora há ainda muitas outras áreas de intersecção, o fenômeno da violência é um objeto complexo, que demanda esforços do conjunto de diferentes ciências em sua interdisciplinaridade; assim sendo, o coletivo de ciências abarcadas pelas revistas, apontam para uma compreensão de tal necessidade, favorecendo a riqueza e ampliação qualitativa do debate.

Após a seleção das revistas, utilizou-se o *software* Sorteio de Nomes® para que três delas fossem destacadas para análise. Apresenta-se o seguinte resultado: Revista Defesa e Segurança, Revista Brasileira de Segurança Pública e Cadernos de Segurança Pública.

A Revista Defesa e Segurança é, segundo consta em sua apresentação, “uma publicação trimestral da Contec

Editora Ltda. dedicada ao profissional do setor de Defesa, cobrindo os segmentos terrestre, naval e aéreo através de artigos escritos pelos melhores especialistas sobre o assunto no Brasil” (Revista Defesa e Segurança, 2016). Embora a revista tenha a pretensão de ser uma publicação trimestral, desde seu primeiro volume, datado de 2016, a revista tem feito uma publicação anual, constando atualmente com 3 volumes. Sua publicação é vinculada a Academia de Força Aérea de Pirassununga/SP.

A Revista Brasileira de Segurança Pública se apresenta como:

[...] uma publicação semestral interdisciplinar do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que tem como objetivo contribuir para a ampliação e consolidação do campo de estudos sobre segurança pública através da publicação de trabalhos originais enquadrados nas seguintes categorias: estudos teóricos, revisões críticas de literatura, relatos de pesquisa, notas técnicas e resenhas. (REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2007).

Inaugurada em 2007, a revista está em seu vigésimo terceiro caderno, respeitando o intento da semestralidade, com exceção de 2010, no qual, além do volume semestral, houve a publicação de suplemento especial.

Por fim, a Cadernos de Segurança Pública é uma publicação vinculada ao Instituto de Segurança Pública, com publicações anuais ininterruptas desde 2009.

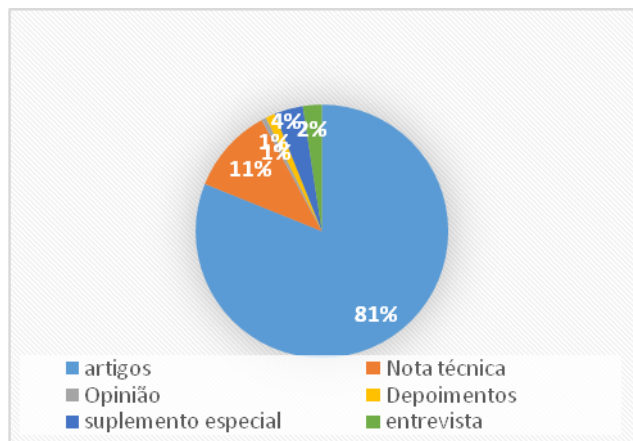
A partir das revistas selecionadas, destacou-se categorias para a análise dos dados: formato de publicação, ciência de origem dos trabalhos, região do país de origem dos autores e, por fim, o nível de formação. A partir destas categorias e selecionando as revistas publicadas de 2014 até 2017, propiciou-se a avaliação de 164 trabalhos, de 262 autores diferentes.

Formato de Publicação

A premissa fundamental deste artigo que compreende que as publicações no âmbito da segurança pública podem contribuir significativamente para o enfrentamento da violência no Brasil, encontra perspectiva na complexidade do tema e na diversidade de proposições que a realidade demanda. Para tanto, frente ao dispendioso desafio da violência, a vinculação de trabalhos a partir de uma única plataforma apresentariam insuficiência de ação; ou seja, se houvesse uma predominância absoluta de artigos, deixar-se-ia à margem entrevistas que trouxessem relatos fundamentais para depurar da experiência dos sujeitos a necessária reflexão do problema. Por outro lado, também a área demanda debates técnicos, visto que as publicações também deveriam objetivar como público alvo os agentes de ponta da segurança pública, como polícias, soldados e guardas, por

exemplo. A partir do recorte de dados da pesquisa, obteve-se os seguintes dados:

Gráfico 1- Formato de Publicação



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

Em números absolutos, os trabalhos dividiram-se em: 133 artigos, 18 notas técnicas, 1 opinião, 2 depoimentos, 6 suplementos especiais e 4 entrevistas. Retrata-se que, apesar da diversidade de trabalhos apresentados, o protagonismo quase absoluto da modalidade de artigo científico acaba por suprimir outros formatos que, a partir de suas especificidades, poderiam contribuir para o debate da segurança pública. Recomenda-se medidas de incentivo para outras modalidades de publicação, bem como o enfrentamento da segregação oriunda da prevalência dos artigos: em geral, nestes, são professores universitários e pesquisadores acadêmicos que são os autores, excluindo os sujeitos que atuam na área a partir de seus ofícios, compondo a dimensão prática e seus saberes decorrentes.

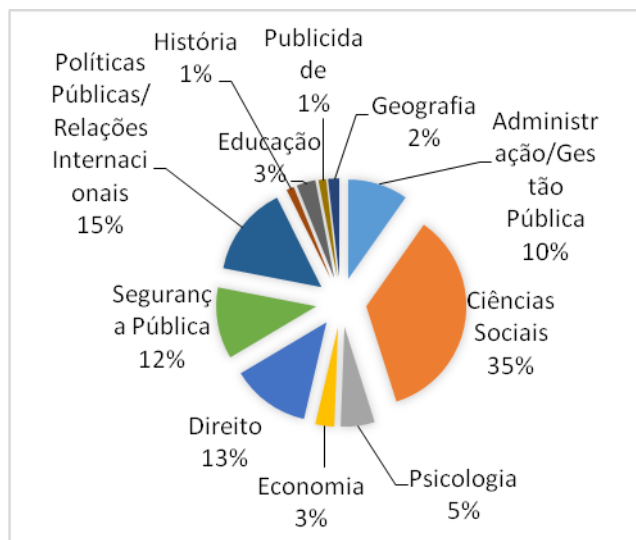
Ciência de Origem dos Trabalhos

A disciplina é um modo de organização moderna do pensamento, que visa constituir e preservar uma unidade identitária em torno da função da ciência, sua organização, metodologia, objeto de estudo bem como sua finalidade. Todavia, na realidade de determinados fenômenos físicos ou sociais, o conjunto pertencente a uma única ciência é insuficiente para a compreensão plena. Assim, a segurança pública deveria ser, por excelência, uma área na qual o encontro de um conjunto amplo de campos científicos produzisse uma zona de intersecção específica, na constituição de uma necessária interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade como conceito é definida “[...] pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa” (JAPIASSU, 1976, p.74).

Assim, pautando-se pelo resumo de cada artigo e suas palavras-chave, buscou-se compreender a área de protagonismo dos trabalhos. Por vezes, e pela própria característica do assunto, algumas pesquisas transitaram entre temáticas distintas, todavia, quando isso ocorreu, buscou-se na leitura da íntegra do trabalho compreender o protagonismo de uma área sobre a outra, a fim de determinar quantitativamente a diversidade das

ciências envolvidas. Analisados 164 trabalhos, obteve-se os seguintes dados:

Gráfico 2- Ciência de Origem



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

O presente gráfico foi obtido a partir dos seguintes dados, representando o número de trabalhos por área: 16 em Administração/Gestão Pública, 58 em Ciências Sociais, 9 em Psicologia, 5 em Economia, 21 em Direito, 19 em Segurança Pública, 24 em Políticas Públicas/Relações Internacionais, 2 em História, 5 em Educação, 2 em Publicidade e 3 em Geografia.

A diversidade científica observada representa um sinal positivo acerca da riqueza do debate apresentado pelas revistas. Volumes com trabalhos tão distintos produzem um debate mais plural do tema, além de instigar os leitores das revistas a pensar o problema da violência a partir de sua complexidade, que transcende as fronteiras disciplinares. Destaca-se

também o protagonismo das Ciências Sociais na contribuição da compreensão da segurança pública enquanto temática. É presumível que o forte impacto da violência sobre o cotidiano brasileiro e as nuances que ela estabelece a partir, sobretudo, do gênero ou raça, gerem o interesse da Sociologia na compreensão das determinantes do fenômeno. Todavia, cabe a menção de que outros trabalhos poderão, por vias bibliométricas, compreender as principais zonas de interesse das Ciências Sociais com a temática.

Região do País de Origem dos Autores

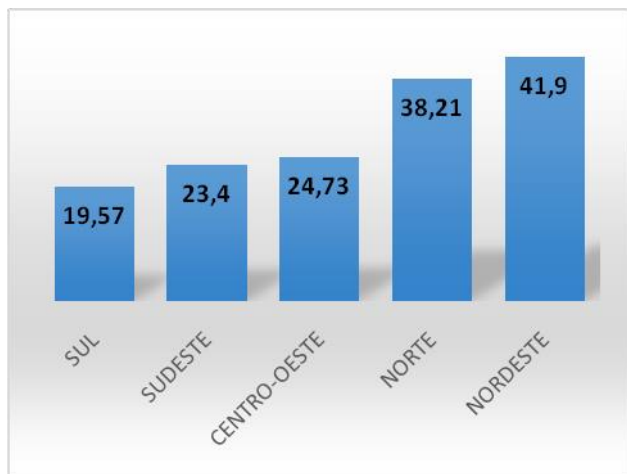
A diversidade cultural e social do nosso país é, também, reflexo de uma configuração territorial singular. Nossas dimensões continentais, os processos históricos, as origens étnicas, o desenvolvimento econômico e social, a pluralidade cultural, entre outros, são fatores que determinam características distintas a respeito da intensidade da violência e de seus diferentes tipos de manifestação. Apesar de ser um problema de abrangência nacional, alguns Estados e, sobretudo, algumas regiões, padecem mais com a violência do que outros.

Esperava-se, como hipótese de pesquisa que antecede às análises, que as regiões com maiores índices de violência ensejassem mais pesquisas na área, como forma das Universidades e Instituições de

responderem a demanda social que se origina da ineficácia do Estado em prover a Segurança Pública. Todavia, compreende-se que o menor número de centros de pesquisas em determinadas regiões da nação afetaria quantitativamente a capacidade de análise de alguns Estados.

A partir dos dados apresentados referentes ao ano de 2017 no Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018), fez-se o presente gráfico com o número de homicídios dolosos a cada 100 mil habitantes:

Gráfico 3 - Homicídios Dolosos por Região do País a Cada 100 mil Habitantes



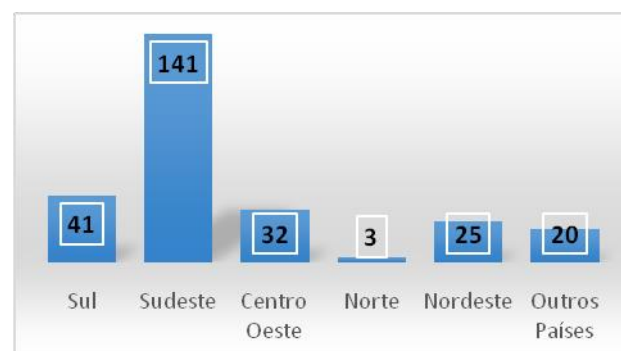
Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

A partir dos trabalhos analisados, identificou-se 262 autores. Considerou-se como critério a origem acadêmica ou profissional do autor no momento da sua escrita. Em caso da existência de vínculo profissional e acadêmico simultâneos, e quando os mesmos tinham origens em

REBESP, Goiânia V.13 n.2, p.1-15, jul.2020

regiões distintas, adotou-se como critério a prevalência do vínculo profissional do autor. Houve ainda a colaboração de autores de outras nacionalidades que apresentavam vínculos profissionais ou acadêmicos com outros países. Para estes criou-se a categoria *Outros Países*, sem uma análise qualitativa da representação destes números. A compilação dos dados resultou no presente gráfico:

Gráfico 4 - Região de Origem de Autores



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

A liderança disparada da região sudeste pode ser explicada por diversos fatores: duas das revistas estudadas estão ligadas às instituições sediadas em São Paulo e Rio de Janeiro. Ademais, a tradição da pesquisa proeminente das Universidades do Sudeste tem maior impacto e é quantitativamente maior nos diversos campos da ciência, como demonstra a tabela Desempenho Estadual e Institucional do relatório *Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics (CROSS, THOMSON, SIBCLAIR, 2018)*. No mesmo nota-se que a soma das publicações feitas em São Paulo, com 111029, Rio de Janeiro,

com 39996 e Minas Gerais, com 39660, representam 55,9% do total da produção científica nacional¹. Entretanto, considera-se ainda as distintas condições estruturais e acadêmicas das regiões do Brasil, que divergem significativamente no número de Instituições de Ensino Superior, número de docentes e discentes, laboratórios e bolsas de pesquisa. Não se pode desconsiderar ainda a compreensão acima da média nacional, feita todas as ressalvas de diferenças estruturais entre os entes da Federação, sobre a importância do âmbito investigativo e de inteligência pessoal em São Paulo. Somente neste Estado, o número de laudos periciais corresponde a 50% das investigações feitas em todo território nacional (CAVICCHIOLI, 2018).

Em contrapartida, a ausência quase completa dos autores da região Norte e a baixa colaboração dos autores da região Nordeste nas revistas catalogadas são indicadores preocupantes. Todavia, a compreensão da margem de erro da amostragem e o fato de que outras revistas multidisciplinares, não catalogadas, também recebem pesquisas sobre a temática da violência, não nos garantem precisão. Conclui-se assim que se faz necessário novos estudos que poderão apontar, de forma mais criteriosa, o atual cenário das

pesquisas nas regiões Norte e Nordeste. Tal contribuição se faz necessária, visto que uma eventual insuficiência no debate sobre a temática contribuiria para a permanência de uma cultura de violência como estratégia de enfrentamento adotada pelo poder público nos Estados, como se faz comumente no Brasil. Atualmente, das 50 cidades mais violentas do mundo, 17 são brasileiras sendo que somente três delas não estão localizadas nas regiões Norte e Nordeste: Porto Alegre/RS (Sul) e Campo dos Goytacazes/RJ e Vitória/ES. As cidades que completam a lista são Belém/PA, Macapá/AP e Manaus/AM pela região Norte e Natal/RN, Fortaleza/CE, Vitória da Conquista/BA, Maceió/AL, Aracajú/SE, Feira de Santana/BA, Recife/PE, Salvador/BA, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB e Teresina/PI pela região Nordeste (BBC, 2018).

A reversão da cultura da violência passa por diversas formas de enfrentamento. A construção de uma sólida tradição do pensamento científico a respeito de uma temática propicia novas perspectivas a despeito do tema, pluralidade de visões, definição de estratégias e perspectivas cientificamente embasadas e, sobretudo, uma busca pelas raízes do problema de violência, como forma de dirimir o enfrentamento de suas consequências. Ademais, o desestímulo ao olhar interdisciplinar tende a produzir um cenário com compreensões e propostas

¹ Os cálculos foram realizados a partir dos dados demonstrados na referida tabela. Das 341135 publicações brasileiras no período estudado, 190685 correspondiam aos três Estados citados (55,9%), enquanto 150450 (44,1%) correspondiam aos demais Estados e ao Distrito Federal.

simplistas, como a proposição da ampliação da violência de Estado.

Nível de Formação dos Autores

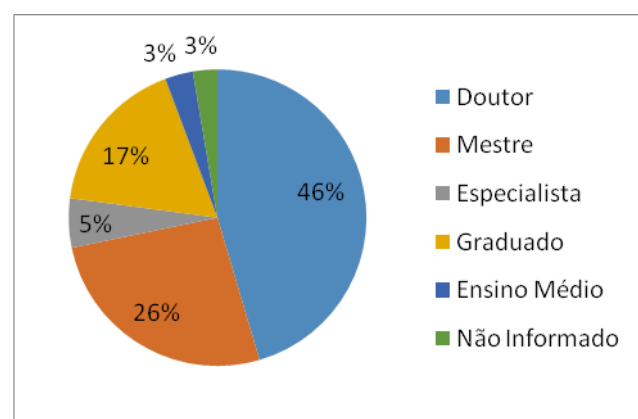
Um dos fatores preponderantes para a qualidade das revistas é o nível de formação dos autores; tal fator, por consequência, passa a ser motivação para a submissão de trabalhos por parte dos autores. Assim, em uma lógica cíclica, revistas mais qualificadas atraem autores mais qualificados e vice-versa. Logo, observar o nível de formação dos autores significa, em alguma medida, compreender a capacidade que as revistas têm em estimular pesquisadores de formação elevada em contribuir com seus debates.

Importa ressaltar que as revistas especializadas em Segurança Pública, por vezes, contam com a participação de agentes que, embora atuem em âmbito prático não necessariamente apresentam formação em nível superior, como é o caso dos policiais militares, por exemplo. Por outro lado, autores também podem constar com o nível do ensino médio em casos nos quais graduandos publicam trabalhos.

Para a análise dos dados dos 262 autores, elencamos as seguintes categorias de formação, em ordem qualitativa decrescente: Doutor, Mestre, Especialista, Graduado, Ensino Médio e Não Informado. Ressalta-se que os autores indicados pela categoria Não Informado são,

provavelmente, autores que tenham Ensino Médio, visto que são sujeitos que tem atuação na área da Segurança, como nas forças armadas e na polícia. Destaca-se que foi considerado o nível de formação do autor na data da submissão do trabalho. Os resultados são apresentados no seguinte gráfico:

Gráfico 5 - Nível de Formação dos Autores



Fonte: Dados da Pesquisa, 2019

A participação de autores doutores é um dos desafios que as revistas especializadas encontram. Tal problema é, também, causa e consequência do valor aquém do atribuído para as revistas. Uma das formas de estimular a maior participação é aumentar a periodicidade das publicações, seu alcance e impacto. A criação de programas de pós-graduação na área com a utilização dos trabalhos publicados como referência ampliariam também a avaliação das revistas. Por fim, a compreensão da própria Universidade enquanto partícipe no processo de enfrentamento da temática da violência é uma barreira que precisa ser rompida, com

a ampliação de estudos na área e a implementação de novos grupos de pesquisa.

Considerações finais

A questão da segurança pública tornou-se protagonista da ágora social brasileira. Os índices de violência alarmantes que se propagam por quase todo território nacional, o cotidiano de medo, a polêmica e midiática cobertura da intervenção militar sob o Estado do Rio de Janeiro tornaram a temática fundamental no ensejo da sociedade civil em obter alternativas para um estado de calamidade ante a violência que, até o momento, parece sem controle.

Tal temática tornou-se um importante capital político em ano de eleições e demandou propostas distintas das organizações político-partidárias. Genericamente falando, pode-se observar como as agendas que prometeram endurecimento no combate à violência obtêm-se maior êxito no pleito eleitoral. A Federação, que no cômputo de seus Estados, é recordista em mortes decorrentes de ação policial decidiu, via de regra, que o caminho para a superação do problema seria a ampliação da eficácia e da letalidade das ações de força. A falta de investimentos em inteligência como estratégia de enfrentamento para a violência enfraquece, paulatinamente, duas

vias centrais de ação: a pesquisa e a polícia científica. Como exemplo deste cenário observa-se cenas alarmantes: em 2017, dos R\$ 8,2 Bi. investidos em segurança no Estado do Rio de Janeiro, a irrisória quantia de 5 mil reais fora destinada à inteligência policial fluminense (BIANCHI, 2017), ano também em que fora noticiada a situação dos peritos criminais do Estado que compravam materiais de trabalho com o próprio ordenado (HENRIGER; FERRO, 2018). Em 2018, na intervenção militar ocorrida no Estado das 66 ações, somente quatro tiveram participação do serviço de inteligência, segundo relatórios oficiais da operação (ROSA; MOTTA, 2018); não atoa, após quase um ano, a intervenção capitaneada pelo Exército passou longe de resolver a questão da violência e apreendeu, em média, uma arma por operação. Já em 2019 observa-se São Paulo criando uma cúpula de segurança pública na qual estão excluídos os participantes da Polícia Científica do Estado que, com 20% do efetivo do país produz 50% das investigações na nação (CAVICHIOILLI, 2018). Tais sinais, somados a tantas outras iniciativas dos Estados e da Federação, representam a construção de uma cultura que compreende que a violência será resolvida a partir da ampliação da violência de Estado. Todavia, a aposta nesta estratégia tem se mostrado ineficaz, dado que as ações que englobam inteligência e investigação, para além da

preservação da vida, apresentam resultados amplamente mais satisfatórios. Nesse contexto, destaca-se que as pesquisas científicas representam um importante papel na reversão de uma cultura de violência propiciada pelo próprio poder público. O baixo número de revistas na área demonstra como as Universidades e Instituições estão aquém de uma demanda social tão importante, contemporânea e urgente. Como demonstrado, as revistas apresentam dificuldades de angariar autores interessados em publicar seus trabalhos na área, sobretudo quando se tratam de doutores.

O formato de publicação embora apresente modalidades diferentes de texto, apresentam um preocupante predomínio dos artigos. Compreende-se a necessidade de que os demais gêneros apareçam em maior quantidade, favorecendo áreas do saber como relatos de experiência ou entrevistas, que em seu conjunto comporiam de forma mais abrangente à questão, tendo em vista que seus agentes públicos estão desvinculados do âmbito da pesquisa.

No que se refere às ciências de origem dos trabalhos, apresentou-se uma importante variedade de campos, dado a complexidade de uma questão essencialmente interdisciplinar. O fato de que a ampla maioria das pesquisas catalogadas emergem das ciências sociais representa, em determinado grau, a

necessidade de uma mudança qualitativa de compreensão da temática, com outras linhas de estratégia e ação.

No que se refere à origem dos autores, nota-se a relação de, por um lado, as regiões com maior índice de violência apresentarem baixo nível de pesquisas na área, enquanto as regiões com menores índices apresentam maior quantidade de pesquisas. Compreende-se aqui que não há uma relação de natureza direta, visto que outros fatores interferem na capacidade científica de uma localidade. Todavia, é legítima a compreensão de que mais pesquisas devem ser feitas no sentido de confirmar ou negar tal tendência, que se faz inconclusiva pela amostragem desenvolvida nessa pesquisa.

Por fim, conclui-se que o planejamento estratégico é um componente central em qualquer campo de ação. Para além dos recursos, definir prioridades, conhecer a realidade, estabelecer boas práticas e, sobretudo, preservar vidas, garantem um uso eficaz e saudável do dinheiro dos contribuintes. Dessa maneira, a pesquisa científica ocupa um papel central que poderia, eventualmente, potencializar as ações em segurança pública, garantindo a ampliação da eficácia das mesmas. Todavia, como observa-se, tal área tem sido subestimada, apresentando um nível de contribuição que, ante a urgência que o cotidiano de violência apresenta aos cidadãos, não cumpre com efetividade seu

potencial transformador em prol de uma nação com mais justiça social. Espera-se com esse trabalho que novas pesquisas e revistas possam contribuir ativamente com o enfrentamento da questão da violência, tão central à sociedade brasileira.

Referências

AGÊNCIA ESTADO. **Brasil é o 9º país mais violento do mundo, segundo a OMS.** *In*: R7. Rio de Janeiro. 17 de mai. de 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/brasil-e-o-9-pais-mais-violento-do-mundo-segundo-a-oms-17052018>. Acesso em: 16 de mai. de 2019.

BARBOSA, P. **A Violência Contra a População De Negros/as Pobres No Brasil e Algumas Reflexões Sobre o Problema.** *In*: Cadernos de Campo. v1, n. 19, p. 185-198, 2015.

BBC. **Estas são as 50 cidades mais violentas do mundo (e 17 estão no Brasil).** 7 de Mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43309946>. Acesso em: 10 de mai. de 2019.

BIANCHI, P. **Rio: menos de 1% do dinheiro da Segurança vai para investimentos na área.** *In*: UOL. Cotidiano. 19 de out. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/10/19/rio-destaca-menos-de-1-do-orcamento-de-seguranca-publica-para-investimentos.htm>. Acesso em: 14 de mai. de 2019.

CAVICHIOILLI, G. **Doria criou cargos para as polícias Civil e Militar, mas ignorou a Científica.** *In*: Ponte. 04 de dez. de 2018. Disponível em: <https://ponte.org/doria-criou-cargos-para-as-policias-civil-e-militar-mas-ignorou-a-cientifica/>. Acesso em: 20 de mai. de 2019.

CROSS, D.; THOMSON, S.; SIBCLAIR, A. **Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics.** Clarivate Analytics, 2018. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download>

d/diversos/17012018CAPESInCitesReportFinal.pdf Acesso em: 03 abr. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2017. 108p. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/01/ANUARIO_11_2017.pdf. Acesso em 02 de abr. de 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2018. 90p. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018.pdf>. Acesso em 04 de abr. de 2019.

GOUSSINSKY, E. **Em ranking mundial de homicídios, Brasil ocupa 13º lugar.** *In*: R7. Internacional. 17 de jul. de 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/em-ranking-mundial-de-homicidios-brasil-ocupa-13-lugar-20072018>. Acesso em: 10 de mai. de 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA. 2018. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/assassinatos/relatorios/>. Acesso em: 07 de mai. de 2019.

HERINGER, C.; FERRO, M. **Polícia técnica sofre com falta de materiais para elucidação de crimes.** *In*: O Globo. Rio. 15 de mar. de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/policia-tecnica-sofre-com-falta-de-materiais-para-elucidacao-de-crimes-22491185>. Acesso em: 02 de mai. de 2019.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

REVISTA BRASILEIRA DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2007. Disponível em: <http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp>. Acesso em: 05 de abr. de 2019.

REVISTA DEFESA E SEGURANÇA. 2016. Disponível em: <https://www.sumarios.org/revista/revista-defesa-e-seguran%C3%A7a>. Acesso em: 07 de abr. de 2019.

ROSA, P. H.; MOTTA, R. **Intervenção no Rio deixou de lado ações de inteligência, diz relatório.** *In*: R7. Rio de Janeiro. 16 de ago. de 2018. Disponível em: <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/intervencao-no-rio-deixou-de-lado-acoes-de-inteligencia-diz-relatorio-17082018>. Acesso em: 22 de abr. de 2019.